

## Relato de Experiência

Texto recebido em: 9 ago. 2023. Texto aprovado em: 26 jan. 2024.

BORBA, Clarissa Galvão Cavalcanti; BEZERRA, Rávanny Landim. A Brigada e o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto: as intersecções do direito à moradia e à literatura nas ocupações de Pernambuco. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 40, n. 2, p. 494-520, jul./dez. 2023.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2023.259435>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

# A BRIGADA E O SETOR DE EDUCAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO: AS INTERSECÇÕES DO DIREITO À MORADIA E À LITERATURA NAS OCUPAÇÕES DE PERNAMBUCO

THE BRIGADE AND THE EDUCATION SECTOR OF THE HOMELESS WORKERS MOVEMENT: THE INTERSECTIONS OF THE RIGHT TO HOUSING AND TO LITERATURE IN PERNAMBUCO'S OCCUPANCIES

## **Clarissa Galvão Cavalcanti Borba**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutora em Sociologia

*E-mail:* claragalvaocb@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0006-3981-3844>

 <http://lattes.cnpq.br/2044604503830256>

## **Rávanny Landim Bezerra**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Bacharel em Direito

*E-mail:* rav4landim@hotmail.com

 <https://orcid.org/0009-0006-7806-5615>

 <http://lattes.cnpq.br/3494514573691580>

## **Resumo**

Este é um relato de experiência etnográfico sobre as atividades da Brigada e do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em Pernambuco, entre julho de 2021 e julho de 2023, cujo público-alvo foram crianças e adolescentes que vivem em ocupações do movimento. As atividades tomaram como pressuposto a obra *O direito à literatura*,

de Antonio Candido, a qual considera a literatura um direito humano, para daí alargar a compreensão sobre o direito à moradia e à cidade como um direito complexo. Nesse âmbito, utilizando-se de metodologias participativas e da educação popular de Paulo Freire, a Brigada e o Setor de Educação realizaram uma série de oficinas de contação de histórias e atividades lúdicas, a fim de promover a educação em direitos humanos. Foi perceptível que as oficinas auxiliaram as crianças e os adolescentes a compreender o propósito do MTST, bem como conceitos-chaves, como direito à moradia e à cidade. Ademais, as atividades fomentaram o senso comunitário e de coesão social entre os ocupantes, auxiliando a identificação dos participantes como sujeitos de direito, fato que também se refletiu no aumento da autoestima das crianças e dos adolescentes ocupantes do MTST.

**Palavras-chave:** direito à cidade. direito à literatura. movimentos sociais. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

## Abstract

This is an ethnographic experience report on the activities of the Brigade and the Education Sector of the Homeless Workers' Movement (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST) in Pernambuco, carried out between July 2021 and July 2023, and whose target audience were children and adolescents who live in occupations of the movement. The activities were based on Antonio Candido's work *The right to literature (O direito à literatura)*, in which the right to literature is considered a human right, hence, broadening the understanding of the right to housing and to the city as complex rights. In this context, using participatory methodologies and Paulo Freire's popular education, the Brigade and the Education Sector carried out a series of storytelling workshops and recreational activities in order to promote education in human rights. It was noticed that the workshops helped children and adolescents understand the purpose of the MTST, as well as key concepts such as the right to housing and the city. In addition, the activities fostered a sense of community and social cohesion among occupants, also helping to identify participants as sub-

jects of rights, which also had an impact on the increased self-esteem of children and adolescents who participate in MTST's occupations.

**Keywords:** right to the city. right to literature. social movements. Homeless Workers' Movement.

## INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é o maior movimento social do Brasil (Boulos, 2012) e foi criado em 1997 nos centros urbanos do país. Sob a bandeira principal da luta por moradia digna, tem como uma de suas principais estratégias a ocupação de terrenos que não cumprem sua função social. Nesse sentido, ocupa-se o terreno ocioso para chamar a atenção do Estado à necessidade de garantir moradia digna aos seus cidadãos, a fim de que, a partir daí, surjam possibilidades de concretização do direito fundamental previsto no art. 6º da Constituição Federal do Brasil<sup>1</sup>.

Em Pernambuco, o MTST atua em 9 territórios e ocupações da Região Metropolitana do Recife: Fazendinha (Boa Viagem), Pocotó (Boa Viagem), 8 de Março (Boa Viagem), Aliança com Cristo (Jiquiá), Carolina de Jesus (Barro), Cuca Legal (Jaboatão), Companheiro Lourenzon (Engenho do Meio) e Vila Santa Luzia (Torre). Excetuando-se esse último território, no qual a ocupação se deu para

---

1 O artigo em questão aponta os direitos sociais do cidadão à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados (Brasil, 2023).

instalação da *Cozinha Solidária*<sup>2</sup>, todos os demais são ocupações por moradia. Por apresentarem diferentes níveis de conflito socio-territorial, todos provocam o Poder Público - na figura do Legislativo, Executivo e/ou Judiciário - no sentido de reivindicar o direito à moradia digna.

No entanto, no processo de ocupar um terreno para lhe dar uma função social, diversas demandas para além da garantia da casa se estabelecem entre os sujeitos e as dinâmicas advindas a partir da organização popular. Em verdade, deve-se compreender, desde o início, o direito à moradia como um conceito complexo que alude a aspectos como: habitabilidade, segurança de posse, acessibilidade, economicidade, disponibilidade de serviços, localização e adequação cultural (Nações Unidas, 1991). Tal percepção reforça a ideia de que, no processo de se instalar em um novo território (ou se consolidar em um já existente), outras demandas e direitos são colocados em jogo para além da moradia propriamente dita.

Nesta senda, o MTST Pernambuco percebeu a necessidade de criar espaços de lazer e educação, no interior de suas ocupações, voltados às mais de 450 crianças e adolescentes vivendo nos territórios, cuja ociosidade expunha-os ainda mais às violações de direitos. Em 2021, portanto, foi criada a Brigada de Educação do MTST,

---

2 A Cozinha Solidária é um projeto desenvolvido pelo MTST desde 2021 que tem o propósito de ajudar a combater a fome em um mundo pandêmico e, hoje, pós-pandêmico, por meio da distribuição gratuita de alimentos para comunidades periféricas. Os espaços do projeto, atualmente mais de 30 cozinhas, são construídos em mutirões de apoio jurídico e individual, formados por moradores da região, militantes do MTST e de movimentos parceiros, além de outros voluntários (Cozinha Solidária, 2021).

com o objetivo de concretizar direitos humanos no âmbito do lazer, da cultura e da educação através da educação popular:

A Brigada de Educação planeja semestralmente um cronograma de tarefas, realiza ações e projetos educativos que envolvem a contação de histórias, pinturas e brincadeiras, cineminha nas ocupações, horta comunitária, espaços de lazer e, mais recentemente, o projeto em andamento para a Educação de Jovens e Adultos. [...] consideramos que essas ações são importantes instrumentos de construção coletiva, de troca de ideias, contribuindo para a formação leitora das crianças, dos jovens e adultos militantes e ocupantes do MTST. Sem dúvida, é uma forma de valorizar experiências que alimentam o gosto pela leitura (Dutra *et al.*, 2022, p. 79).

A Brigada de Educação se estruturou, inicialmente, a partir de três eixos: um voltado aos jovens e adultos, com a criação de um pré-vestibular solidário; outro voltado às crianças e adolescentes, relativo ao direito à literatura, com oficinas de contação de histórias e atividades educativas nas ocupações; e outro voltado à realização de uma creche comunitária na ocupação Carolina de Jesus, denominada de Creche Marielle Franco. Em 2023, após 2 anos de atuação, a Brigada deu origem ao Setor de Educação<sup>3</sup>, com militantes mais experientes, capazes de coordenar a atividade dos novos ingressantes na Brigada do Movimento. Os dois primeiros

---

<sup>3</sup> A diferenciação entre Setor e Brigada diz respeito aos fenômenos de crescimento e especialização do movimento dentro de um espaço territorial. Orientados por critérios de antiguidade e comprometimento, os militantes mais experientes e orgânicos, passado certo lapso temporal, ingressam no Setor do movimento, ganhando maiores responsabilidades, tais como a coordenação da Brigada - composta pelos membros mais novos e com menor experiência no MTST.

eixos acima descritos foram mantidos, com o incremento de suas atividades a partir da construção de uma Biblioteca Comunitária na Cozinha Solidária da Vila Santa Luzia, e de uma escola para Educação de Jovens e Adultos (EJA) na ocupação Carolina de Jesus, no local onde funcionava a Creche Marielle Franco.

A atuação da Brigada e do Setor de Educação partem do pressuposto de que o direito à moradia (e à cidade, de uma maneira mais ampla), só pode se realizar a partir de outros direitos fundamentais conexos, a contribuir com o crescimento e desenvolvimento humano dos atores envolvidos. Nessa senda, Antonio Candido argumenta que a luta pelos direitos humanos deve levar em consideração também aqueles bens que assegurem a integridade espiritual, a exemplo do direito à arte e à literatura (Candido, 2011, p. 176).

Para pessoas vivendo em situação de insegurança de posse e de conflitos territoriais, como é o caso dos ocupantes do MTST, o direito à literatura não tem qualquer visibilidade: ao contrário, há apenas sua violação. Diante de uma concretização ainda distante por parte do poder político estatal, o movimento social popular toma a frente da situação, buscando realizar o direito violado. Nessa linha, Flores (2009, p. 19) traz que “os direitos humanos não são categorias prévias à ação política ou às práticas econômicas. A luta pela dignidade humana é a razão e a consequência da luta pela democracia e pela justiça”.

Através do lúdico, a Brigada e o Setor de Educação do MTST Pernambuco, no seu eixo sobre direito à literatura, realizaram diversas atividades de cunho educativo e recreativo com as crianças e adolescentes das ocupações do MTST. O objetivo deste relato é compartilhar a experiência nas oficinas de contação de história,

realizadas no interior dos territórios do movimento, em Pernambuco, durante o período de julho de 2021 a julho de 2023.

A importância de relatos de experiência como este residem na propagação de iniciativas autônomas que mesclam os temas de urbanização, do direito à moradia e à cidade, com o direito à literatura. Ademais, têm como finalidade documentar e incentivar experiências em movimentos sociais populares, que são importantes agentes políticos de mudança da realidade social.

De mais a mais, o relato de experiência aqui exposto se baseia na experiência militante de suas autoras, junto ao MTST Pernambuco, como educadoras populares e integrantes do Setor de Educação do Movimento. Desta forma, o presente artigo se constitui em uma etnografia e é estruturado em 8 seções, sendo a primeira esta introdução.

A segunda seção se dedica a compreender, a partir do marco teórico da obra de Antonio Candido, o direito à literatura como um direito humano fundamentalmente ligado ao direito à cidade e à moradia. Na terceira, apresenta-se ao leitor o modo como a Brigada e o Setor de Educação do MTST operam nos territórios, objetos desta análise. As seções seguintes (quarta à sétima) se dedicam a descrever e analisar os relatos de experiência em si considerados, sendo seguidas, por fim, da conclusão (oitava seção).

## DIREITO À LITERATURA COMO UM DIREITO HUMANO LIGADO À CIDADE: UM MARCO TEÓRICO POSSÍVEL

Diferentemente de abordagens conservadoras, o intelectual Antonio Candido dedicou parte de sua vida à defesa da literatura como um direito humano tão importante quanto outros direitos, tais como os tradicionalmente citados pela doutrina liberal, a exemplo do direito à vida e à liberdade. Tal articulação tem como pressuposto a ideia de que a literatura se constitui como uma necessidade universal e, por isso mesmo, um direito a ser defendido.

Nesse sentido, o autor definiu a literatura como “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações” (Candido, 2011, p. 176). Dessa definição, tem-se que a literatura, como criação humana, é diversa em si, produzida por todas as sociedades, podendo ser “popular”, “erudita”, politicamente engajada, social, crítica etc.

De acordo com Candido (2011, p. 177), é justamente no caráter heterogêneo da literatura que está o cerne da sua natureza enquanto direito, afinal, este traço é uma espécie de evidência de sua posição enquanto necessidade universal. Assim, “se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal,

que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito” (Candido, 2011, p. 177).

Apesar de ser entendida como uma necessidade universal e, assim, como direito, é sabido que, por diversas vezes, tal direito é apagado do rol daqueles considerados fundamentais. Em grande medida, Antonio Candido atribui este apagamento à divisão que a sociedade de classes impõe, conforme os interesses da burguesia, entre o que é considerado bem imprescindível para uns, e o que não o é para outros:

O fato é que cada época e cada cultura fixam os critérios de incompressibilidade, que estão ligados à divisão da sociedade em classes, pois inclusive a educação pode ser instrumento para convencer as pessoas de que o que é indispensável para uma camada social não o é para outra. Na classe média brasileira, os da minha idade ainda lembram o tempo em que se dizia que os empregados não tinham necessidade de sobremesa nem de folga aos domingos, porque não estando acostumados a isso, não sentiam falta[...]. Portanto, é preciso ter critérios seguros para abordar o problema dos bens incompressíveis, seja do ponto de vista individual, seja do ponto de vista social (Candido, 2011, p. 175).

A divisão acima mencionada faz com que o acesso das camadas populares aos bens culturais, da arte e da literatura seja restrito, tolhido ou minorado, colocado como uma subprioridade, jamais como um direito humano fundamental. Todavia, tal atitude desconsidera que a literatura é um instrumento poderoso de instrução e educação, cumprindo também sua função como equipamento intelectual e afetivo para todos os sujeitos (Candido, 2011, p. 177). Por este motivo, Antonio Candido propõe um reposicionamento

do direito à literatura como um direito humano, tão importante quanto o direito à alimentação ou à moradia, por exemplo:

Por isso, a luta pelos direitos humanos pressupõe a consideração de tais problemas, e chegando mais perto do tema eu lembraria que são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura (Candido, 2011, p. 176).

Desta feita, não se pode pensar na cidade sem a criação e o fomento de equipamentos públicos e gratuitos que promovem o acesso à literatura, possibilitando o seu uso por todos aqueles que transitam e moram na cidade. Pode-se citar o que talvez seja o exemplo mais óbvio de equipamento neste âmbito, qual seja, a biblioteca pública, especialmente se for localizada em uma comunidade ou em uma via de grande acesso na cidade. Porém, é preciso expandir os olhares, pois o direito à literatura como uma obrigação de prestação positiva do Estado não se encerra por aí, sendo alguns exemplos de iniciativas públicas: festivais de leitura e saraus de poesias com patrocínio público; oficinas de criação de escrita e ilustração para a comunidade; incentivos fiscais e financeiros aos sebos urbanos; alfabetização como uma garantia de educação para todos; contação de história infantil em creches e escolas públicas; promoção de publicações em livros, revistas e materiais de audiovisual para pequenos artistas; e intensa propaganda dos recursos e equipamentos públicos disponíveis à população.

Se muitas são as iniciativas possíveis, há de se perguntar o motivo pelo qual estas não são feitas. Volta-se, então, à obra de Antonio Candido e às discussões acima travadas quanto à divisão entre quais sujeitos são possíveis detentores de tais bens e direitos dentro da ordem capitalista vigente, ligada também a um processo de urbanização e de planejamento urbano excludente.

De todo modo, a literatura cumpre uma função complexa e humanizadora, possuindo três principais aspectos:

Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. [...] O efeito das produções literárias é devido à atuação simultânea dos três aspectos (Candido, 2011, p. 178-179).

Estes três aspectos são responsáveis pelo poder humanizador da literatura enquanto construção (Candido, 2011, p. 179), o que nos permite deduzir que há, na literatura, enorme potencial de transformação da subjetividade, seja dos indivíduos em si considerados, seja enquanto grupo. Pensando na Brigada e no Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em Pernambuco, cujo público-alvo são as crianças e adolescentes, pode-se dizer que este poder humanizador é particularmente sensível e mesmo essencial para a formação enquanto pessoa em desenvolvimento destes sujeitos.

Ademais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz, no seu art. 4º, que é um dever da família, da comunidade, do poder público e da sociedade em geral assegurar, com absoluta prioridade, o direito à cultura. Entendendo o direito à literatura também como um âmbito da cultura (ou mesmo do lazer e da educação), percebe-se que a atuação do MTST condiz com o ordenamento jurídico pátrio, e reforça a necessidade do Estado agir na efetivação desse direito humano.

## MODO DE OPERAÇÃO DA BRIGADA E DO SETOR DE EDUCAÇÃO

A partir de um relato etnográfico, o presente artigo explora as atividades realizadas pela Brigada e pelo Setor de Educação do MTST-PE, no eixo de direito à literatura, entre julho de 2021 e julho de 2023. Dentre as atividades realizadas pela Brigada e pelo Setor de Educação do MTST Pernambuco, foram organizadas oficinas de contação de história a partir de metodologias participativas, nas quais as crianças e adolescentes interferiram ao longo de todo o processo. Não foi feita, de forma prévia, uma escolha metodológica, tampouco uma maneira fixa de condução das oficinas, em razão das atividades serem realizadas não como uma pesquisa-ação, mas sim como fruto da organização popular de trabalhadores em contexto de conflito socioterritorial. Todavia, todas as atividades seguiam os eixos da educação popular de Paulo Freire, assim definida como:

A Educação Popular como práxis social é compreendida como aquela que não está institucionalizada, ocorre dentro e com os grupos populares; é determinada pela realidade e sua perspectiva é histórica. Desenvolve-se na sociedade para se contrapor ao projeto educacional dominante. Por isso, é adotada em diferentes contextos, principalmente pelos movimentos sociais do campo e da cidade [...]. Neste século 21, a Educação Popular é compreendida como o regime alicerçado na soberania popular, na justiça social e no respeito integral aos direitos humanos, e seu reconhecimento é urgente para a ampliação e a concretização dos direitos. Ganha centralidade, pois ela retoma sua direção ao pleno desenvolvimento humano, respeitando, reconhecendo os grupos socialmente excluídos e, com eles, reassumindo a luta histórica por um projeto emancipador anticapitalista; neste contexto, novas bandeiras são incorporadas, como a defesa socioambiental (Pini, 2012, p. 1-3).

Portanto, as oficinas eram sempre conduzidas tendo em vista o posicionamento político tomado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de combate às opressões de raça, classe, gênero, sexualidade etc. Esta posição direcionou os livros escolhidos para realização das oficinas, a disposição do acervo da biblioteca comunitária e também as reflexões tomadas pelas educadoras a partir da contação: pode-se citar, como exemplo, a leitura dos livros escritos pelo cantor e escritor Emicida, no qual há uma preocupação em ter personagens negros como centrais. Ademais, foram lidos livros da literatura indígena e quilombola, sempre prezando pela diversidade nas histórias e também nos autores e autoras escolhidos.

As oficinas foram realizadas nos seguintes territórios: Ocupação Pocotó (Boa Viagem), Ocupação Carolina de Jesus (Barro), Ocupação 8 de Março (Boa Viagem) e, apenas em 2023, na Biblioteca Comunitária da Vila Santa Luzia (Torre). O público-alvo das ofici-

nas de contação de história eram crianças, mas todos da comunidade podiam participar, como muitas vezes participaram também adolescentes e até mesmo adultos (em geral, cuidadoras das crianças). As oficinas eram sempre conduzidas por pelo menos uma profissional da educação (em geral, pedagoga), mas militantes de outras áreas de conhecimento também elaboravam e executavam os eventos e os espaços.

Além disso, a maioria das oficinas era realizada com uma certa frequência nos territórios, geralmente quinzenalmente ou semanalmente. No entanto, algumas dessas oficinas foram realizadas em períodos específicos, como nas férias escolares das crianças ou sob a vigência de algum edital de incentivo financeiro oriundo do terceiro ou do primeiro setor<sup>4</sup> - o qual garantiu verba não apenas para a contação de histórias, mas para lanches e transporte de crianças que tinham interesse em participar das atividades, mas que residiam em outro território.

Dada esta exposição, as próximas 4 seções se dedicarão a apresentar e discutir os casos das ocupações nas quais houve atuação da Brigada e do Setor de Educação, a fim de compreender como o direito humano à literatura é articulado ao direito à moradia e à cidade nos casos concretos; bem como os impactos dessa articulação no cotidiano militante dos moradores das ocupações.

---

4 O primeiro setor corresponde ao Estado; o Mercado ao segundo setor; e a Sociedade Civil ao terceiro setor (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2016).

## OFICINAS NA OCUPAÇÃO POCOTÓ

A ocupação Pocotó, localizada em Boa Viagem, na Zona Sul do Recife, foi um dos primeiros territórios a contar com as atividades da Brigada de Educação do MTST Pernambuco, tendo suas oficinas de contação realizadas entre os anos de 2021 e 2022. Esta é uma ocupação de acompanhamento, o que significa dizer que Pocotó era uma comunidade que já existia, cujo vínculo com o MTST só se deu em momento posterior, após uma ameaça de despejo dos moradores de suas casas.

As oficinas foram realizadas, em um primeiro momento, de forma quinzenal, tendo passado a ocorrer de forma mais espaçada no ano de 2022. Elas eram feitas em uma espécie de pátio dentro da comunidade. Os livros utilizados na contação eram oriundos do acervo que começou a se formar, em 2021, para a futura Biblioteca Comunitária da Cozinha Solidária. Tais livros foram doados através de chamadas do movimento nas redes sociais, e foram selecionados de acordo com os critérios do movimento, baseados na perspectiva da educação popular<sup>5</sup>.

A aproximação entre a Brigada de Educação, enquanto braço do movimento, e a ocupação, deu-se através de líderes comunitários, os quais eram responsáveis por engajar a comunidade nas atividades. No início das oficinas, a fim de garantir a maior aproximação

---

5 Tais critérios não foram eleitos de forma fixa, mas, em geral, diziam respeito às leituras nas quais fosse possível trabalhar, de forma dialógica e horizontal, temas relevantes ao movimento, tais como: diversidade religiosa e étnica, antirracismo, direito à cidade, direito das crianças e adolescentes etc.

mação entre as crianças e o grupo recém-criado, eram feitas diversas brincadeiras infantis com materiais, como barbantes, bolas, pinturas, desenhos, e com atividades de recorte e colagem. Após as brincadeiras, eram feitas as leituras das histórias previamente selecionadas<sup>6</sup> pelas educadoras-militantes (em geral, dois livros), sendo elas também responsáveis por fazer perguntas às crianças, relativas às histórias e aos seus personagens. Buscava-se também fazer uma reflexão a partir das respostas das crianças, que se mostraram muito participativas e interessadas nas oficinas.

O objetivo das oficinas foi aproximar as crianças dos livros físicos, a partir do interesse pelas histórias e pelas ilustrações. Ademais, a literatura foi utilizada como um meio para a educação em direitos humanos, haja vista que foram tratados temas como a autoestima para pessoas negras, a importância de falar sobre seus medos e sentimentos, bem como o direito à moradia e a luta do MTST. Também foram passados dois filmes na ocupação, no formato de cinema de rua, “Kiriku” e “Pachamama”, ambos tratando sobre povos tradicionais, com foco no público infanto-juvenil.

---

6 Apesar da seleção inicial ser feita a partir da escolha das educadoras integrantes da Brigada de Educação, conforme as oficinas foram acontecendo, as demandas das crianças chegavam a partir da demonstração de suas preferências por certos livros, temas, autores e ilustradores. Assim, alguns livros passaram a ser recontados e escolhidos em conjunto com as crianças.



**Figura 1.** Desenhos feitos pelas crianças da ocupação Pocotó  
Fonte: As autoras (2021).

## OFICINAS NA OCUPAÇÃO 8 DE MARÇO

A ocupação 8 de Março, também em Boa Viagem, na Zona Sul do Recife, é uma ocupação de entrada do MTST, o que significa que o Movimento acompanha este território desde o seu início, inaugurando a sua ocupação em setembro de 2021. Durante a consolidação do território, a Brigada de Educação desempenhou um importante papel na coesão e no fortalecimento dos laços sociais e comunitários dos novos ocupantes, tendo seu foco, mais uma vez, no público infantil.

Nesse sentido, em ocupações de entrada, a Brigada e o Setor de Educação focam o trabalho no cuidado das crianças e adolescentes, enquanto os adultos trabalham em mutirões de organização do novo território (mutirões de limpeza, por exemplo) e em atividades políticas relacionadas ao processo da ocupação. Ademais, como educadores, os membros destes espaços ajudam a pensar e executar dinâmicas para estreitar os laços entre os novos ocupantes, a exemplo de brincadeiras coletivas, eventos lúdicos (como cine debates e festas infantis) e atividades de formação política em conjunto com outros Setores e Brigadas do Movimento.

Nesse contexto, as atividades da Brigada na ocupação 8 de Março se direcionaram a trazer lazer às crianças que estavam passando por um processo de ocupação recente. Por isso, além das contações de história, foram feitas brincadeiras de pintura de rosto, desenhos, recortes em papel, pega-pega, amarelinha etc. Buscava-se, também, oferecer uma espécie de descanso aos adultos cuidadores que se encontravam sobrecarregados devido ao processo de territorialização que estava em curso.

Em geral, os livros selecionados nas contações eram os que já tinham sido utilizados na ocupação Pocotó, a fim de haver uma certa harmonia nas atividades, temas e reflexões nos territórios. Porém, devido à dinâmica recente da ocupação, nem sempre foi possível ter a igualdade de atividades entre os territórios, haja vista que a ocupação 8 de Março por muitas vezes demandava tarefas urgentes de organização do próprio espaço.

A principal dificuldade enfrentada nas oficinas foi a ausência de um ambiente específico destinado à contação de histórias, devido à própria organização recente do território. Em 2022, foi construído

um parquinho para as crianças, em uma área central da ocupação, local que acabou sediando as oficinas posteriormente.

Algumas das crianças que participavam das oficinas no Pocotó passaram a participar das oficinas na 8 de Março devido à mudança de alguns dos seus familiares de uma ocupação para a outra. Entretanto, a maioria das crianças nunca tinham participado de uma contação de histórias.

Com o passar do tempo e a consolidação da ocupação e o surgimento de novas demandas envolvendo o território, especialmente no ano de 2022, as oficinas se tornaram mais escassas, dando margem para realização de outras atividades pela Brigada - especialmente relacionadas à organização de festividades, tais como a festa de comemoração de 1 ano de ocupação e o Dia das Crianças. Ademais, outros atores (terceiro setor) passaram a incidir no território, em parceria com o MTST, também responsáveis por trazer atividades educativas (como reforço escolar) e de caráter lúdico às crianças e adolescentes da ocupação.



**Figura 2.** Contação de histórias na ocupação 8 de Março

Fonte: As autoras (2022).

## OFICINAS DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA OCUPAÇÃO CAROLINA DE JESUS

A ocupação Carolina de Jesus, no bairro do Barro, em Recife, é a mais antiga ocupação de entrada do MTST Pernambuco, tendo sido inaugurada em 2017, perto do Terminal Integrado do Barro. A atuação da Brigada de Educação se deu primordialmente a partir da Creche Marielle Franco, de funcionamento diário. Além da Creche, foram feitas, durante o ano de 2022, algumas oficinas de contação de histórias com as crianças, atentando especialmente para a idade delas, visto que muitas ainda estavam na primeira infância, ou seja, tinham até 6 anos.

Diferentemente do que ocorreu nas ocupações Pocotó e 8 de Março, a contação na ocupação Carolina de Jesus não foi realizada de forma periódica, mas de forma pontual na IX Feira de Leitura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cujo tema foi “Territórios Interculturais de Leitura”. Por meio de recursos da UFPE, foram feitas as oficinas, bem como distribuídos materiais educativos e livros para as crianças da Creche Marielle Franco. Ademais, em razão da idade das crianças, foram privilegiadas histórias nas quais se consideravam temas como as cores, as emoções, aspectos da musicalidade e brincadeiras infantis.



**Figura 3.** Doação de livros e materiais para as crianças da Creche Marielle Franco durante a IX Feira de Leitura da Universidade Federal de Pernambuco  
Fonte: As autoras (2022).

## OFICINAS DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA VILA SANTA LUZIA/BIBLIOTECA COMUNITÁRIA

Conforme explicitado na introdução deste artigo, em 2023, a Brigada de Educação do MTST Pernambuco passou por uma importante transformação: devido à expansão do movimento no estado, foi criado o Setor de Educação com os militantes mais experientes da Brigada, os quais eram aptos a coordenar os novos membros que chegavam às fileiras do movimento, alocados a partir das então brigadas do MTST. Com essa nova estrutura, a Biblioteca Comunitária do MTST, instalada na Cozinha Solidária, na Vila Santa Luzia, no bairro da Torre, Zona Norte do Recife, pôde sair do papel, tendo

sido inteiramente estruturada no primeiro semestre de 2023 por meio de mutirões e doações tanto para a estruturação física quanto para o acervo da biblioteca. Neste âmbito, o MTST foi agraciado com fundos de um edital do Fundo Nacional pela Reforma Urbana (FNRU), o qual possibilitou o trabalho, na Biblioteca, da contação de histórias voltadas ao direito à moradia e à cidade com as crianças das ocupações 8 de Março e Carolina de Jesus que se deslocaram até este novo espaço, projeto que foi denominado “Pelo Direito de Sonhar”.

Desde então, têm sido realizadas oficinas temáticas, todos os sábados, com cerca de 25 crianças e adolescentes de faixa etária média entre 8 e 12 anos, muitos deles participantes das oficinas realizadas entre os anos de 2021 e 2022 pela Brigada. As militantes do Setor de Educação têm conduzido as oficinas, que sempre contam com uma leitura de história e a confecção, por parte das crianças e adolescentes, do material que será utilizado para elaboração de um livro sobre o direito à cidade sob o olhar das crianças.

Desta forma, a primeira oficina conduzida teve como tema “A cidade que queremos”, com a leitura do livro “Da minha janela”, de autoria de Otávio Júnior. Foi trazida para as crianças e os adolescentes participantes a reflexão sobre o que são direitos, dentre estes os direitos à cidade e à moradia digna. Além disso, os grupos confeccionaram cartazes sobre o tema e desenhos sobre o que seria “o bairro dos sonhos”.

A segunda oficina teve como tema “O que no meu bairro?”, com a leitura do livro “Carolina de Jesus”, de Orlando Nilha. Nesta oficina foram confeccionados mapas que deveriam representar, a partir dos conhecimentos e das percepções dos espaços por parte das crianças, as ocupações nas quais elas viviam.

Já a terceira oficina teve como tema “Qual a cidade que queremos?”, com a leitura do livro "Se essa rua fosse minha", de Eduardo Amos, seguida da produção de desenhos e frases nos quais as crianças e adolescentes expressaram o que gostariam de ver nas suas ruas e ocupações.

Ao longo do projeto, as crianças tiveram a oportunidade de visitar as ocupações umas das outras. Na visita, elas próprias ficaram responsáveis por apresentar sua ocupação às demais, residentes de outros territórios. Nesta oportunidade, elas puderam desenhar e fotografar os seus espaços preferidos nas ocupações. O projeto também contou com uma visita guiada ao Museu do Homem do Nordeste, em Recife, com o objetivo de promover, através do lazer, o acesso à cultura e à educação das crianças.

Em outros encontros, as crianças também tiveram a oportunidade de produzir material audiovisual das suas ocupações, entrevistando os adultos moradores sobre os temas trabalhados nas oficinas, relativos ao direito à moradia e à cidade.

Por fim, todo o material produzido foi exposto em um circuito literário realizado no mês de outubro de 2023, com intuito de vincular as atividades do projeto ao mês de comemoração do Dia das Crianças. Esse circuito, que percorreu todas as ocupações do MTST e que teve o seu encerramento na Cozinha Solidária, culminou na abertura da Biblioteca Comunitária do MTST Pernambuco ao público, além de distribuir livros às crianças que vivem nos territórios.



**Figura 4.** Contação de histórias na Biblioteca Comunitária da Cozinha Solidária do MTST  
Fonte: As autoras (2023).

## CONCLUSÕES

Este relato de experiência teve como objetivo demonstrar a atuação da Brigada e do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em Pernambuco, além de demonstrar as intersecções entre o direito à moradia e à cidade e o direito à literatura. Percebeu-se, com as atividades descritas neste relato, uma maior coesão dos laços de solidariedade e de vínculo entre os sujeitos envolvidos. Tais laços foram fortalecidos na estrutura interna dos territórios durante as oficinas realizadas de forma periódica nas ocupações, mas também entre sujeitos de territórios distintos - este último graças à Biblioteca Comunitária da Cozinha Solidária, haja vista que crianças e adolescentes de diferentes ocupações passaram a ter contato umas com as outras.

Tais oficinas auxiliaram as crianças e adolescentes a compreender o propósito do MTST, relativo à luta por moradia digna e por uma cidade justa e inclusiva. Ademais, fortaleceram a compreensão dos direitos à literatura, ao lazer, à educação, à cultura e à cidade como interdependentes, consoante com o que foi exposto neste relato. Percebeu-se também que as crianças e adolescentes se sentem reconhecidas nas histórias lidas e também nas dinâmicas com as crianças e adolescentes de outros territórios, uma vez que compartilham trajetórias semelhantes relativas à situação de conflito socioterritorial e organização no MTST.

Esse reconhecimento ajuda no empoderamento destas crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, aumentando-lhes a autoestima. Além disso, os pais, mães e cuidadores aprovam as oficinas, muitas vezes caracterizando-as como um “reforço escolar” ou uma atividade recreativa com caráter educativo. Sob outro aspecto, as oficinas também promovem a socialização do cuidado para outros atores que não somente a família, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal de 1988.

## REFERÊNCIAS

A POLÍTICA e os três setores do sistema social. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2016. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/voce-sabia/86943-a-politica-e-os-tres-setores-do-sistema-social>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BOULOS, G. *Por que ocupamos?* - Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci Editora, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 dez. 2023.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à moradia adequada*. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. 76 p. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef\\_0000225430&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach\\_import\\_134f5a2b-d707-49a0-b96f-2e5c6b979d2a%3F\\_%3D225430por.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000225430/PDF/225430por.pdf#%5B%7B%22num%22%3A84%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2Cnull%2Cnull%2C%5D](https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_0000225430&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_134f5a2b-d707-49a0-b96f-2e5c6b979d2a%3F_%3D225430por.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000225430/PDF/225430por.pdf#%5B%7B%22num%22%3A84%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2Cnull%2Cnull%2C%5D). Acesso em: 14 dez. 2023.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 171-193.

COZINHA SOLIDÁRIA. Cozinha Solidária - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), c2021. Página inicial. Disponível em: <https://www.cozinhasolidaria.com/>. Acesso em: 7 dez. 2023.

DUTRA, M. F. C. et al. A Brigada de Educação do MTST-PE: a luta pela literatura e a implementação de uma Biblioteca Comunitária. *Revista Literatura e Arte no Ciclo da Alfabetização*, Recife, CEEL/UFPE, ano 6, n. 6, p. 78-79, nov. 2022. Disponível em: <https://www.serdigital.com.br/gerenciar/clientes/ceel/arquivos/229.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2023.

FLORES, J. H. *A reinvenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. *Comentário Geral nº 4 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*. 1991. Disponível em: <https://library.org/article/coment%C3%A1rio-geral-comit%C3%AA-direitos-econ%C3%B4micos-sociais-culturais-das.q2mexkpy>. Acesso em: 7 ago. 2023.

PINI, F. R. O. *Educação popular e os seus diferentes espaços: educação social de rua, prisional, campo*. In: IV Congresso Internacional de Pedagogia Social, 4., 2012, São Paulo. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000092012000100032&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092012000100032&lng=en&nrm=abn). Acesso em: 9 ago. 2023.



ESTUDOS  
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60  
anos



PROEXC  
PRÓ-REITORIA DE  
EXTENSÃO E CULTURA

### INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO: 180 x 250 mm

TIPOLOGIA: Fauna One / Source Sans Pro

